

SÍMBOLOS RELIGIOSOS E REALEZA ASSÍRIA: ANÁLISE DO RELEVO 23 DA SALA DO TRONO DO PALÁCIO NOROESTE DE ASSURNASIRPAL

II

RELIGIOUS SYMBOLS AND ASSYRIAN ROYALTY: ANALYSIS OF RELIEF 23 FROM THE THRONE ROOM OF THE NORTHWEST PALACE OF ASHURNASIRPAL

II

Ruan Kleberson Pereira da Silva¹⁷²

Artigo recebido em 08 de agosto de 2022

Artigo aceito em 25 de agosto de 2022

Resumo: Estudo acerca do inter-relacionamento entre as esferas políticas e religiosas no interior da sociedade assíria do Período Neassírio (934-608 a.C.), mediante a análise de símbolos religiosos contidos em relevos parietais da Sala do Trono de Palácios Imperiais, demarcando a influência das prerrogativas divinas no estabelecimento, justificação e legitimação da realeza neoassíria.

Palavra-chave: Realeza assíria. Relevos assírios. Símbolos religiosos.

Abstract: Study about the interrelationship between the political and religious spheres within the Assyrian society of the Neassyrian Period (934-608 BC), through the analysis of religious symbols contained in parietal reliefs of the Throne Room of Imperial Palaces, demarcating the influence of divine prerogatives in the establishment, justification, and legitimation of Neo-Assyrian royalty.

Keyword: Assyrian royalty. Assyrian reliefs. Religious symbols.

¹⁷² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Profa. Dra. Marcia Severina Vasques. Membro do MAAT - Núcleo de Estudos de História Antiga (UFRN). E-mail: ruankpsilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9033-6496>.

Da cidade ao palácio: uma breve introdução

Uma marca relevante da circunscrição da atividade humana na construção do espaço social foi o surgimento das cidades, cujos fatores iniciais foram: um processo de expansão territorial que acarretou o desenvolvimento de empreendimentos econômicos, rotas comerciais e fluxo de mercadorias; guerras e agitações sociais; trânsitos culturais; políticas demográficas; oportunidades de comunicação; laços sociais; busca/conquista de identidade; e a combinação de outras oportunidades e circunstâncias que produziram a necessidade de construção de obras arquitetônicas, de organismos administrativos que passaram a corresponder a instauração de um poder que se estruturava gradativamente e fixava residência no espaço urbano (POSTGATE, 1994; SMITH, 2003).

Entre os povos antigos, a cidade era considerada portadora de dimensões sagradas, como centro cósmico do mundo que habitavam e expressão da identidade religiosa. No caso mesopotâmico, Pozzer (2003) e Takla (2008) apontaram que as cidades possuíam uma esfera cósmica por se caracterizar como o lugar de moradia de um(a) deus(a)-tutelar, que originalmente construiu a cidade para servir como sua morada. O inter-relacionamento harmônico entre deuses e cidades foi mantido na Mesopotâmia desde o IV milênio a.C. até a proeminência dos grandes impérios, sendo garantia de prosperidade e felicidade dos habitantes.

Na Assíria, mais especificamente, o que se pode afirmar é que os soberanos assírios estabeleceram autoridade em seu reino por meio da construção e reconstrução de cidades, transferindo e efetivando capitais imperiais. Nelas, os palácios foram edificados, assentados sobre uma plataforma que geralmente fornecia uma sequência física ao ambiente natural, assegurando uma progressiva elevação do monumento que, por extensão, poderia ser lido em função de uma dinâmica de promoção de

status. Isso teria fundado uma tradição de visibilidade que funcionaria como indicativo de atitudes culturais diante da autoridade e da pessoa do soberano, o que evidentemente interferia na própria relação estabelecida na construção/reconstrução da experiência perpetrada no interior de ambientes arquitetônicos palacianos (WINTER, 1993).

Acerca dos palácios, seu surgimento significou a expressão visual e urbanística da formação permanente do poder político-militar, que se fortaleceu a partir dos templos, passando a desempenhar um conjunto bem delimitado de funções: residência do rei, de sua família e de seus servos pessoais; armazém de produtos domésticos básicos e de tesouros da realeza; oficina para atividades domésticas bem como tecelagem e artesanato; sala de audiência para cerimônias de Estado; e centro de governo e administração (TAKLA, 2008; McCORMICK, 2002; POLLOCK, 2008; POSTGATE, 1994; WINTER, 1993).

O palácio pode ser entendido como uma manifestação física do poder do rei e de sua habilidade surpreendente de construir, gerenciar recursos, impressionar e estabelecer uma sede apropriada para seu governo (WINTER, 1993). A habilidade de planejamento em grande escala, alto grau de habilidades em engenharia, recrutamento e direcionamento de forças de trabalho substanciais e o desenvolvimento de um padrão artístico elevado (TAKLA, 2008), além dos materiais ostensivamente empregados (marfim, ébano, buxo, cedro, cipreste, abeto, madeira-*musukkanu*, etc.), cujo valor era elevado devido ao grau de dificuldade de aquisição que possuíam, foram outros indicativos de poder e *status* manifesto pelo rei assírio (McCORMICK, 2002). A arquitetura dos palácios serviu para estabelecer e manter uma ordem particularmente pretendida, tendo contribuído para a construção de

uma identidade que estaria assentada nos alicerces da estrutura arquitetural desses monumentos.

Os palácios mesopotâmicos, portanto, funcionavam como instrumentos retóricos de propaganda real, identificando-os às principais características do rei e de sua administração, ratificada e favorecida pelos deuses, e associando-os ao reino (RUSSELL, 1998; WINTER, 1997; LIVERANI, 2005; WINTER, 1993; HARPER & PITTMAN, 1980).

Cabe ressaltar, no entanto, que a organização do espaço do palácio assírio reiterou a obra exemplar dos deuses: um empreendimento de ordem, cumprindo suas prerrogativas em consonância com os preceitos divinos – que era o fim último do exercício da realeza. De tal modo, política e religião interpenetram-se por meio da arquitetura, visto que o relacionamento especial com os deuses na dimensão religiosa possibilita ao rei a aquisição de habilidades militares e de criatividade artística necessárias para manter seu reino e completar a construção de seu palácio, que, por sua vez, verdadeiramente incorporava o Império, pois adquiriu a conotação de ser a composição física de todo o reino trazido a um só lugar: a capital imperial assíria. Assim, a construção desses monumentos personificou um trabalho em honra aos deuses e uma benesse à comunidade, comunicando informações acerca da estrutura social assíria, noções metafóricas de poder e realeza bem como uma poderosa mensagem de engrandecimento do soberano, reforçado tanto na natureza quanto na cosmologia (POLLOCK, 2008; McCORMICK, 2002; WINTER, 1993).

Essa função retórica, construída em um espaço estruturado, está manifesta no uso de um programa decorativo intencional e concreto disponível em baixos-relevos e fixados nas paredes dos palácios, que apresentavam o rei engajado em várias atividades que lhes eram inerentes. Essas imagens auxiliam na identificação de características da

realiza e de seus vínculos religiosos e políticos, na medida em que os arranjos espaciais e os elementos decorativos dos palácios assírios incorporaram informações históricas e artísticas, estruturando significados vinculados aos ambientes. À vista disso, o arranjo espacial causou um efeito pretendido e, conseqüentemente, os relevos – que desempenharam o papel de tecnologia simbólica no interior da composição do ambiente – interferiram na ordenação dos comportamentos humanos esperados no interior dos palácios assírios, comunicando sentidos, exercendo funcionalidade, manifestando agenciamento, incitando ações. Nesse sentido, os palácios neoassírios possuíam comunicação não-verbal (RAPOPORT, 1990), articulando significados passíveis de serem compreendidos e decodificados o mais fidedignamente possível, no interior de um cabedal analítico preciso, por meio da decomposição dos diversos elementos componentes das imagens.

Relevos neoassírios: o poder das imagens como imagens do Poder

O relevo sobre pedra foi uma das manifestações artísticas mais sofisticadas da Antiguidade, tendo um vasto desenvolvimento entre os povos mesopotâmicos. A aplicação vertical de lajes de pedra às partes inferiores de paredes de palácios consistiu em uma inovação técnica particular na tradição mesopotâmica, pois até então os relevos haviam sido utilizados principalmente na confecção de estelas e de selos-cilíndricos (FRANKFORT, 2010).

No caso dos relevos assírios, significativamente documentados a partir do Iº milênio a.C., durante o Período Neoassírio (c. 934-609 a.C.), em virtude do alto grau de sofisticação técnica e estilística, pode-se apontar que os contatos mantidos através das rotas comerciais e de períodos da dominação estrangeira geraram expressivas influências artísticas

advindas de outras culturas orientais¹⁷³, congregando diversos elementos estrangeiros a ícones nativos e contribuindo, sobremaneira, para a composição de um estilo artístico originalmente assírio, cujo desenvolvimento de uma narrativa contínua na arte visual foi expressão do poder assírio (COLLINS, 2008; TAKLA, 2008).

A tradição cultural assíria de confecção dos relevos parietais expressa uma variedade e uma continuidade das cenas esculpidas nos palácios imperiais, que indicam uma função amplamente documental, de narrativa contínua, integrando representações visuais e inscrições epigráficas (MOSCATI, 1985) e manifestando a interdependência e a interconexão do mundo natural com o cultural (ROSS, 2005), cujas convenções e estilizações dotam a arte figurativa assíria de elementos comunicativos que vinculam dimensões mágico-religiosas e políticas, expondo um resumo das funções militares, administrativas, simbólicas e religiosas vinculadas à realeza (PALEY, 1977).

De modo geral, podemos afirmar que os relevos neoassírios são evidências das atividades sociais que ocorriam no interior do ambiente arquitetônico palaciano e serviram como testemunho da significância que os palácios possuíam na sociedade assíria. Os relevos transmitiram afirmações acerca da sociedade que os produziu, conectando esferas humanas, divinas, políticas, sociais e simbólicas: a comunicação arquitetural não-verbal apresenta a pessoa do rei como criativamente dotado e completamente protegido, na medida em que os textos que os acompanham indicam que ele recebeu sua habilidade criativa como

¹⁷³ Dentre essas influências, destacam-se: a importância desempenhada pela Babilônia, sem a qual seria difícil entender as veleidades culturais que compõem a tradição mesopotâmica (FRANKFORT, 2010); a influência dos relevos em templos egípcios do IIº milênio a.C. (MOSCATI, 1985); os motivos e procedimentos técnicos trazidos do Norte e do Oeste no final do Período Assírio Antigo (READE, 1999); e a utilização de relevos para a decoração de fachadas e entradas de edifícios, que possivelmente foi adquirida durante as campanhas militares no norte da Síria (PALEY, 1977).

uma benesse dos deuses. Assim, o rei assírio, que controlava um vasto território, adquiriu grande força de trabalho por meio de seu poderio militar, acumulando cativos como mão de obra operária necessária à construção de seus empreendimentos arquitetônicos monumentais (McCORMICK, 2002), replicando ora os empreendimentos que reis antecessores praticaram, ora a obra criativa original perpetrada pelos deuses, edificando o mundo que os homens habitam.

Se considerarmos que as decisões econômicas e políticas eram permeadas por substratos de religião no interior da sociedade assíria, então é importante ressaltar que as práticas religiosas afetaram todo o corpo social assírio. É significativo destacar que as forças da natureza e as ações divinas e do homem estavam intimamente inter-relacionadas no interior da visão de mundo mesopotâmica, pois o universo inteiro dependia dos deuses para sua existência, seja qual for o modo concreto imaginado para esta dependência (BOTTÉRO, 2004). Logo, a sociedade não se separava da natureza, tampouco da religião: os reis pediam a autorização divina para o exercício de seu governo e, para isso, se colocavam a serviço dos deuses, como seus representantes máximos no plano terreno. O sucesso político, portanto, funcionaria como um indicativo dos favores divinos perpetrados na esfera humana, estando o rei e o reino sancionados divinamente (POLLOCK, 2008). Assim, a construção cosmológica de um espaço portador de dimensões míticas atendeu uma necessidade de ordem social e religiosa. Nesses termos, os palácios neoassírios foram construções que apresentavam o relacionamento entre as esferas humana e divina da existência, funcionando por meio de ícones que corporificam o comportamento social humano e as concepções desejadas por seus criadores.

As esferas políticas e religiosas se influenciam mutuamente e interferem (positiva ou negativamente) umas sobre as outras, uma vez que os deuses eram os autores e governantes do universo e de cada um de seus elementos, ao passo que os reis – que eram instrumentos e estavam a serviço dos deuses, o que demandava a obtenção das sanções divinas – eram proprietários e responsáveis pelos seus territórios e de cada uma de suas riquezas e súditos. As dimensões humanas estariam articuladas às esferas divinas e, em contrapartida, faz dos desígnios divinos parte integrante da atmosfera terrestre. Isso alude à concepção de religião na Mesopotâmia enquanto um sistema inteligente, maduro e sólido, que conseguiu assentar o mundo sobrenatural e sagrado no interior de uma sociedade humana e terrena, interpenetrando cada uma de suas esferas (BOTTÉRO, 2004).

À vista disso, a composição iconográfica dos relevos neoassírios deveria sintetizar as significações religiosas tal como oferecer uma exposição, meticulosamente cuidada, do poder assírio em ação, mediante a combinação de fórmulas escultóricas que compunham a arte assíria, expressando os êxitos da realeza ao procurar estabelecer justiça e paz como reforço à figura do rei, em conformidade com as bênçãos e os favores divinos que recebe – desde a fertilidade agrícola até as conquistas militares –, agindo como um demonstrativo da satisfação dos deuses com a atuação coerente dos reis (FRANKFORT, 1988). Do contrário, quando os reis não realizavam seu trabalho de forma satisfatória – ignorando as necessidades dos deuses, não atendendo seus desejos –, eles são punidos severamente por toda natureza de desastres naturais que recaem com a autorização divina (THOMASON, 2005). Assim, tanto no plano terreno quanto na dimensão cósmica, uma das atividades básicas do rei no exercício de sua função é de, seguindo o exemplo dos deuses, restaurar a Ordem Universal e manter o Equilíbrio Cósmico, sempre que fosse necessário.

Religião e Realiza no Relevo 23 da Sala do Trono de

Assurnasirpal II

Manifestando a conexão das esferas humana, divina, político-religiosa e simbólica, a construção dos palácios imperiais neoassírias foi acompanhada pela elaboração e aplicação de um programa escultórico ricamente ornado de baixos relevos entalhados em lajes de alabastro, que foram fixadas às paredes palacianas. Destes numerosos relevos, muitos se perderam devido a degradação natural provocada pelas intempéries do tempo, enquanto outros foram danificados e/ou destruídos pela ação antrópica. Dos que nos restaram, uma das representações mais emblemáticas é o Relevo 23 da Sala do Trono (Sala B) do Palácio Noroeste de Assurnasirpal II, em Calá.



Figura 1: Relevo 23 da Sala do Trono (Sala B) do Palácio Noroeste de Assurnasirpal II.
Fonte: British Museum (ME 124531), Londres, Inglaterra.

Este relevo foi originalmente posicionado atrás do trono do rei Assurnasirpal II, na Sala do Trono de seu Palácio Noroeste, em uma posição extremamente singular, pois poderia ser visto de qualquer ponto no interior do cômodo e, inclusive, de pontos estratégicos do Pátio Central. Em decorrência disso, é possível afirmar que o Relevo 23 é um dos principais pontos focais da Sala do Trono de Assurnasirpal II,

juntamente com o Relevô 13¹⁷⁴, que estava localizado em frente à entrada principal. Reforça esse argumento a dimensionalidade destes relevos: em ambos os casos, possuíam o dobro das dimensões das demais lajes esculpidas e fixadas na Sala do Trono.

Ao entrar na Sala do Trono, o visitante se depararia com o Relevô 13 e, virando o corpo em 90°, veria o Relevô 23. Diante dessas composições, o espectador estaria defronte ao rei representado duas vezes, em cada um dos lados da Árvore Sagrada que domina o centro de cada composição. O rei pode ser facilmente identificado por sua coroa, um barrete com topo pontiagudo, cercado por um diadema com duas tiras, possivelmente de pano, pendurados para trás e para baixo de suas costas. Traja uma túnica longa ricamente ornada, portando facas (?) colocadas dentro da faixa diagonal da vestimenta que cruza o peitoral, possui sandálias aos pés e braceletes de roseta nos pulsos, uma simbolização da deusa Ishtar. As duas figuras do rei carregam uma maça de guerra (ou cetro?) na mão esquerda, em uma manifestação da autoridade que exercia. A postura de manejo da maça, no entanto, se difere: à esquerda, o rei mantém o braço estendido paralelo ao corpo; à direita, o braço está apoiado dentro da faixa diagonal que cruza o seu peitoral. Ambas as representações do rei fazem um gesto de adoração com a mão direita: à direita, em direção ao Disco Solar Alado, situado na parte centro-superior da cena; à esquerda, em direção a Árvore Sagrada, ao centro.

A estilização da Árvore Sagrada no centro da cena é bastante particular. Esse motivo artístico, de origem babilônica, empregado como símbolo em selos cilíndricos desde o Primeiro Período Dinástico (c. 2600-2430), tornou-se bastante recorrente na arte assíria. Seu significado não é definido e aceito univocamente, podendo ser entendido como uma

¹⁷⁴ Os relevos 13 e 23 apresentavam os mesmos motivos iconográficos, replicando-se.

estilização de tamareiras, um objeto de culto, um emblema da vegetação ou da Árvore da Vida, um símbolo imperial, uma simbolização da deusa Ishtar e até mesmo uma combinação de todas essas formas (ALBENDA, 1994; PORTER, 1993). Pode-se sugerir, assim, que a Árvore Sagrada seria a estilização de tamareiras, simbolizando a polinização artificial das plantas para frutificarem as tâmaras em um processo agrícola essencial entre os povos mesopotâmicos, razão pela qual teria se tornado um símbolo imperial assírio que remete à deusa Ishtar e, de maneira geral, estava associada à ideia de fertilidade. Devido a isso, as figuras aladas presentes na cena ungiam o rei com as “virtudes mágicas” da Árvore Sagrada, significando o suprimento da terra e da realeza bem como explicitava visualmente a prosperidade da Assíria (RUSSELL, 1999), garantida no reino natural e na esfera divina.

Acima da Árvore Sagrada emerge a simbolização de um Disco Solar Alado, no interior do qual a divindade é representada sob forma humana, com a parte superior do tronco no interior da estilização. Embora a estilização tenha sido associada a Shamash, divindade solar do sul da Mesopotâmia, a expansão assíria possibilitou experiências de sincretismo religioso com divindades do panteão sumério-babilônico, fazendo com que o deus Assur assumisse uma personalidade guerreira, relacionando-se à verdade e à justiça tal como Shamash, podendo ser simbolizado no disco solar associado à figura do soberano assírio, referendando-o e concedendo-lhe, por vezes, estatuto heroico (SILVA, 2011; READE, 1999; ALBENDA, 1972).

No caso específico da composição do Relevo 23, o deus Assur é representado em forma humana, com o dorso voltado para a direita, tendo as mãos postas em sinal de bênção. Enquanto a Árvore Sagrada representava a Ordem divina mantida pelo rei como representante de Assur, o Disco Solar Alado personificava o próprio deus em um gesto de

imposição de mãos que sugere uma legitimação ao ritual praticado pelo rei, que é seu protegido e seu escolhido, sendo o próprio Assur a fonte do poder da realeza.

Outra simbolização religiosa presente é a de gênios alados¹⁷⁵, que ladeiam cada um dos reis representados no relevo. Essas figuras antropozoomórficas, de caráter mágico-religioso, são retratadas de pé, usando um saiote curto e um manto, ambos franjados e bordados, e tendo barba e cabelo longos e encaracolados. Possuem facas (?) colocadas ao lado direito da cintura, dentro da faixa diagonal que cruza o peitoral. O capacete com chifres indicava que eram divindades menores. Os gênios alados abençoam e purificam o rei usando uma pinha (?) na mão direita para aspergir o líquido contido no balde ritual que carregam na mão esquerda. Identificados em rituais e cerimônias profiláticas, esses gênios personificam espíritos protetivos que serviam para afastar o mal – espíritos malévolos, doenças, maus augúrios, infortúnio, destruição e a morte – de monumentos e habitantes (NAKAMURA, 2005; GREEN, 1983).

Em conjunto, esses diversos símbolos religiosos estilizados no Relevo 23 da Sala do Trono do Palácio Noroeste de Assurnasirpal II constituem uma metáfora visual das ideias principais da realeza assíria, na qual o bom relacionamento entre as esferas terrena e divina, mediante a realização adequada dos rituais praticados pelo soberano assírio, garantem a abundância fornecida pelos deuses. Nessa cena, se pretendeu estabelecer a ideia material de que o rei – que ordenou a composição dos relevos –, identificado como o regente terreno nomeado pelos deuses, estava realizando todos os rituais e práticas inerentes à realeza, conduzindo suas ações segundo as prerrogativas

¹⁷⁵ Embora associados à esfera divina, como guardiões de lugares e homens, não eram tidos deuses (ASCALONE, 2006), mas poderiam ser associados a divindades menores.

estabelecidas pelas divindades, ganhando seus favores e garantindo a abundância à Assíria, assegurando as premissas para dar prosseguimento a seu reinado. Em decorrência disso, o arranjo dos ramos da Árvore Sagrada torna praticamente impossível a não identificação deste elemento que, associado ao disco solar alado e ladeado por gênios alados, pressupõe a realização de um ritual mágico-apotropaico que abençoava e ungia o rei e, concomitantemente, garantia a fertilidade e a prosperidade do Império, manifestava a anuência e os favores que os deuses concederam (SILVA, 2011) e demarcava que o rei assírio, no exercício de soberania, era mantenedor da Ordem social e do Equilíbrio cósmico.

Conclusão

A estruturação do mundo mesopotâmico passava diretamente pelas prerrogativas assumidas pela realeza, em um exercício de governo consonante com as premissas estabelecidas pelos deuses. Os reis mesopotâmicos deveriam manter a “vida” dos deuses por meio da sustentação da ordem terrestre buscada pelos humanos, numa reafirmação teológica mútua, por meio da qual a hierarquia política era sustentada (THOMASON, 2005). Diante disso, constituiu-se uma tradição de apresentação dos feitos e fatos mais veneráveis acerca dos governos dos reis, servindo de documentação nos arquivos oficiais da realeza, de modo a demonstrar a realização em pleno gozo da manutenção da ordem terrena e dos cultos para que fosse possível angariar, junto aos deuses, a justificação necessária para a continuidade do exercício de seu reinado.

Vale ressaltar, aliás, que o rei assírio não constituiu uma figura de caráter sobre-humana: o rei não era um deus, mas servia aos deuses que o escolheram dentre tantos outros homens, era apenas um mortal exercendo um cargo fornecido pela autoridade das divindades. É,

portanto, a eleição divina o principal substrato de sustentação da autoridade que o rei exerceu, por meio da qual personifica o poder invencível do Estado assírio (REDE, 2009b; FRANKFORT, 1988; ROUX, 1987), o que incluiu o poder de gerência e seleção das atividades escultóricas e, conseqüentemente, da composição de sua autoimagem.

Cabia ao rei a administração do reino, devendo se inteirar das ações ocorridas em seus territórios, sentenciar alguns casos jurídicos, receber embaixadores estrangeiros e altos funcionários, etc. (FRANKFORT, 1988; ROUX, 1987). Ademais, o exercício da monarquia implicava que o rei assírio cumprisse obrigações de cunho religioso que eram inerentes ao cargo que exercia. A interpretação da vontade dos deuses era uma premissa básica de seus deveres religiosos, o que incluía participar de caçadas, cerimônias e festas tradicionais. O rei era também o representante do seu povo perante os deuses, o que fazia dele o responsável direto pelos atos dos seus súditos, o que lhe exigiu o emprego de boa parte de seu tempo em atividades de penitência e magia profiláticas para que se pudesse redimir os erros cometidos por seu povo, evitando o desagrado e a ofensa dos deuses.

Desse modo, para garantir a estabilidade do ordenamento das coisas, o soberano deveria traduzir, na prática, pelos seus atos, um dos atributos irrenunciáveis da realeza: manter o equilíbrio cósmico que fora estabelecido pelas divindades e pelo qual o rei fora delegado no mundo dos homens. Uma vez concretizado seu ato, o rei atestava que, de um lado, atendeu as expectativas dos deuses, que instituem a soberania, e, de outro, a expectativa da população, que esperava de seu rei a manutenção de um padrão ancestral, conforme estabelecido pelos deuses (REDE, 2009a). Devido a isso, mediante sua ação no mundo – tanto físico e terreno quanto cósmico e divino –, o rei fez representar nas

narrativas escultóricas as suas principais qualidades (READE, 1999), como um registro clarividente do cumprimento exitoso de seu papel de rei soberano da Assíria. O impacto impressionante das imagens e o sentido mágico que elas portam criaram as bases para o estabelecimento de uma Ordem Imperial e de um Equilíbrio Cósmico, em alusão à obra original dos deuses, que cabia aos reis reproduzir constantemente. Satisfeitos com a atuação dos reis, os deuses legitimavam seus governos, retroalimentando o sistema imperial.

Portanto, o rei assírio deveria assegurar que a ordem do universo não fosse interrompida, mantendo-o a salvo das forças do caos, desempenhando bem seu papel de rei de justiça e fator de equilíbrio cósmico: como chefe dos sacerdotes e servo dos deuses, o rei era o responsável por construir um abrigo seguro (os templos) para os deuses; a manutenção e a fertilidade da terra deveriam ser garantidas desde a administração dos campos até o desenvolvimento dos canais para promover o crescimento da prosperidade das terras que controla; a aquisição de riquezas por meio do comércio e da conquista deveria contribuir para o estabelecimento da justiça social, da propriedade econômica e para a execução de projetos públicos, como os palácios monumentais (THOMASON, 2005). Nesses palácios, por fim, lançou-se mão de um amplo e complexo programa escultórico, que tinha como pretensão final a legitimação da realeza, associando demonstrativos de força e habilidade para proteger o Império, e a justificação divina para assegurar o aumento da fertilidade do cosmos por ordem dos deuses.

No interior da arquitetura monumental dos palácios assírios, a Sala do Trono atuava como uma manifestação direta do Império, uma proclamação dos luxuosos estandartes do Estado, um microcosmo que simboliza por meio de uma mensagem iconográfica convencional para apresentar a legitimação religiosa e a justificação política do

soberano assírio (POSTGATE, 1994). Nela, os relevos neoassírios converteram-se em um meio pelo qual as relações entre humanos e divindades ocorriam tanto no espaço físico do palácio quanto no espaço mágico-religioso restrito da imagem, que estiveram preocupados com a possibilidade de criar uma realidade pretendida que poderia ser verificável direta ou indiretamente, produto de eventos mentais e fenômenos naturais e sociais que se relacionavam de forma íntima, construindo uma visão de mundo que mantém certa interpenetração e/ou continuidade entre o interior da mente e a exterioridade do mundo (NAKAMURA, 2005).

Assim, a associação entre arte e magia equilibra a relação entre significado e objeto, servindo como fundamento para o estabelecimento da ordem social almejada. Uma vez estabelecida, tal ordem social não deveria sofrer perturbações, motivo pelo qual figuras de caráter apotropaico foram fixadas em suporte material. Esse mecanismo de proteção revela-nos um modo distinto de percepção, uma construção social de sentido no qual a concepção mágica funciona como meio de recuperação e realização de um arranjo de sentidos que congrega um modo racional de conhecer o mundo assírio, diversas das minúcias que o compunham, tal como o desenvolvimento de uma visão sociorreligiosa dele que fora perpetrada – e resistiu às intempéries do tempo – nas lajes de alabastro que decoravam as paredes dos palácios imperiais assírios.

Referências

A) Documentação Iconográfica

BRITISH MUSEUM. **Wall panel:** relief (ME 124531). Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/W_1849-0502-15. Acesso em: 2 de março de 2022, 17:18.

B) Bibliografia

ALBENDA, P. Assyrian Sacred Trees in the Brooklyn Museum. **Iraq**, v. 56, London, 1994, p. 123-133.

_____. Ashurnasirpal II Lion Hunt Relief BM124534. **Journal of Near Eastern Studies**, v. 31, n. 3., Chicago, 1972, p. 167-178.

ASCALONE, E. **Mesopotamia: Asirios, sumerios y babilonios**. Barcelona: Electa, 2006.

BOTTÉRO, J. **Mesopotamia: La escritura, la razón y los dioses**. Madrid: Cátedra, 2004.

COLLINS, P. **Assyrian Palaces Sculptures**. Austin: University of Texas Press, 2008.

FRANKFORT, H. **Arte y arquitectura del Oriente Antiguo**. Madrid: Cátedra, 2010.

_____. **Reyes y dioses: Estudio de la religión del Oriente Próximo en la Antigüedad en tanto que integración de la sociedad y la naturaleza**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

GREEN, A. Neo-Assyrian apotropaic figures: figurines, rituals and monumental art. **Iraq**, v. 45, n. 1, Papers of the 29 Rencontre Assyriologique Internationale, London, 1983, p. 87-96.

HARPER, P. O.; PITTMAN, H.; CRAWFORD, V. E. **Assyrian reliefs and Ivories in the Metropolitan Museum of Art: Palace reliefs of Assurnasirpal II and Ivory carvings from Nimrud**. New York: Metropolitan Museum of Art, 1980.

LIVERANI, M. Imperialism. In: POLLOCK, S.; BERNBECK, R. (eds.). **Archaeologies of the Middle East: critical perspectives**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 223-243.

MCCORMICK, C. M. **Palace and Temple: a study of architectural and verbal icons**. Berlin & New York: Walter de Gruyter, 2002.

MOSCATI, S. **Como reconhecer a Arte Mesopotâmica**. Lisboa: Edições 70, 1985.

NAKAMURA, C. Mastering Matters: Magical Sense and Apotropaic Figurine Worlds of Neo-Assyria. In: MESKELL, L. (ed.). **Archaeologies of Materiality**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 18-45.

PALEY, S. M. The Texts, the Palace, and the Reliefs of Ashurnasirpal II. **American Journal of Archaeology**, v. 81, n. 4, Boston, 1977, p. 533-543.

POLLOCK, S. **Ancient Mesopotamia: the Eden that never was**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

PORTER, B. N. Sacred trees, date palms, and the royal persona of Ashurnasirpal II. **Journal of Near Eastern Studies**, v. 52, n. 2, Chicago, 1993, p. 129-139.

POSTGATE, J. N. **Early Mesopotamia: Society and economy at the dawn of history**. London & New York: Routledge, 1994.

POZZER, K. M. P. Cidades Mesopotâmicas: História e Representações. O mundo urbano – espaço profano e sagrado. **Anos 90**, n. 17, Porto Alegre, 2003, p. 61-73.

RAPOPORT, A. **The meaning of the build environment: a nonverbal communication approach**. Tucson: University of Arizona Press, 1990.

READE, J. E. **Assyrian Sculpture**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

REDE, M. A construção do passado nas crônicas assiro-babilônicas. In: PIRES, F. M.; SUANO, M. (orgs.). **Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009a, p. 73-85.

_____. O 'Rei da Justiça': Soberania e Ordenamento na Antiga Mesopotâmia. **Phoïnix**, v. 15/1, Rio de Janeiro, 2009b, p. 135-146.

ROSS, J. C. Representation, reality, and ideology. In: POLLOCK, S.; BERNBECK, R. (eds.) **Archaeologies of the Middle East: critical perspectives**. Oxford: Blackwell publishing, 2005. p. 326-350.

ROUX, G. **Mesopotamia: Historia política, económica y cultural**. Madrid: Akal, 1987.

RUSSELL, J. M. **The writing on the wall: Studies in the Architectural Context of Late Assyrian Palace Inscriptions**. Winona Lake, Indiana: Eisenbrauns, 1999.

_____. The program of the palace of Assurnasirpal II at Nimrud: Issues in the research and presentation of Assyrian Art. **American Journal of Archaeology**, v. 102, n. 4, Boston, 1998, p. 655-715.

SILVA, S. S. da. **Deuses e símbolos**: representações e significados nos relevos da Sala do Trono de Aššurnazirpal II (883-859 a.C.). 1.v. Monografia (Bacharel em História) – ULBRA. Canoas/RS, 2011.

SMITH, M. (ed.). **The social construction of Ancient Cities**. London: Smithsonian Books, 2003.

TAKLA, P. R. **Desenvolvimento do esquema decorativo das salas do trono do período neo-assírio** (934-609 a.C.) imagem texto e espaço como veículos da retórica real. 1.v. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – MAE, USP. São Paulo, 2008.

THOMASON, A. K. **Luxury and legitimation**: Royal Collecting in Ancient Mesopotamia. Burlington, EUA: Ashgate, 2005.

WINTER, I. J. Art in empire: the royal image and the visual dimensions of Assyrian ideology. In: PARPOLA, S.; WHITING, R. M. (eds.). **Assyria 1995**: Proceedings of the 10th anniversary Symposium of the Neo-Assyrian Text Corpus Project. Helsinki, 1997, p. 359-381.

_____. "Seat of a Kingship"/"A wonder to behold": the Palace as construct in the Ancient Near East. **Ars Orientalis**, v. 23, Michigan, 1993, p. 27-55.